



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0286994-9

AGRAVANTE: Mário B. Filho

AGRAVADO: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** AGRAVO DE INSTRUMENTO EM IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. ALEGAÇÃO NO SENTIDO DE QUE O JULGAMENTO DA MENCIONADA IMPUGNAÇÃO TERIA OCORRIDO QUANDO JÁ SENTENCIADOS OS RESPECTIVOS EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. INCONSISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A decisão objeto deste recurso está datada de 27/09/2005, constando dos autos certidão no sentido de que a intimação da parte impugnada (ora agravante) somente ocorreu em 03/10/2012. 2. Entretanto, também consta do processo cópia da petição – datada de 09/11/2006 – por intermédio da qual a parte impugnada, tendo presente o julgamento pela procedência da impugnação ao valor da causa, compareceu regularmente aos autos para requerer (i) a retificação do valor atribuído aos embargos à execução fiscal, adequando-o aos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo, (ii) a juntada do respectivo comprovante do recolhimento da complementação das custas processuais e taxa judiciária e (iii) a ratificação integral dos embargos já apresentados. 3. Sob essa perspectiva, a alegação recursal de que a decisão proferida na impugnação ao valor da causa teria ocorrido em momento posterior à prolação da sentença dos embargos à execução fiscal (sentenciados em 02/05/2012) não guarda aderência com a realidade processual. 4. Ademais, diante do cenário suso retratado, a eventual incorreção da decisão que acolheu a impugnação ao valor da causa consubstancia matéria preclusa, visto que a parte impugnada (ciente da decisão ali exarada) compareceu aos autos para retificar dito valor, comprovar o pagamento de custas complementares e reiterar os termos dos embargos à execução outrora ajuizados. 5. Por fim, malgrado o Juízo singular tenha (desnecessariamente) expedido ofício (datado de 17/09/2012) com o propósito de intimar a parte impugnada da decisão que acolheu a impugnação ao valor da causa, essa comunicação (que viabilizou a propositura deste agravo) não tem o condão de invalidar os atos já praticados na relação processual, inclusive por reverência aos princípios da boa fé e lealdade processuais, vedada às partes a assunção de comportamentos contraditórios. 6. Agravo improvido, à unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo de Instrumento nº 0286994-9, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar-lhe provimento, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 2 de maio de 2013 (data do julgamento).

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator

257~



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0286994-9

AGRAVANTE: Mário B. Filho

AGRAVADO: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **agravo de instrumento** interposto em face da decisão proferida, em 27/09/2005, pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Garanhuns, que, nos autos da **Impugnação ao Valor da Causa** NPU 0001871-14.1998.8.17.0640, julgou procedente a pretensão ali veiculada pelo Estado de Pernambuco (fls. 13/14).

Inconformada, a parte agravante alega, em suma, que: (i) os embargos à execução fiscal vinculados ao mencionado incidente teriam sido julgados em 02/05/2012; (ii) em 03/05/2012, quando já encerrada a prestação jurisdicional nos referidos embargos, o Juízo *a quo* teria exarado a decisão que acolheu o incidente de impugnação ao valor da causa; (iii) *“ao proferir a sentença na impugnação ao valor da causa após fazê-lo em relação aos embargos à execução, é óbvio que tal inversão causou tumulto processual de larga monta, subvertendo o devido processo legal”* (fl. 08); (iv) tendo sido substituída a CDA embasadora do processo executivo (para fins de exclusão da TR/TRD como índice de correção monetária do crédito exequendo), com a consequente devolução do prazo para a oposição de embargos à execução, teria ocorrido a perda de objeto da aludida impugnação.

Com esses argumentos, pede o provimento do agravo, a fim de que, reformada a decisão vergastada, seja julgado improcedente o incidente de impugnação ao valor da causa em comento.

O Estado de Pernambuco apresentou resposta a este agravo, requerendo a manutenção da decisão combatida (fls. 232/237).

É o relatório.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 22 de abril de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0286994-9**

**AGRAVANTE: Mário B. Filho**

**AGRAVADO: Estado de Pernambuco (Fazenda Estadual)**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**VOTO**

De pronto, importa observar que a decisão objeto deste recurso está datada de **27/09/2005** (fl. 14), constando dos autos certidão no sentido de que a intimação da parte impugnada (ora agravante) somente ocorreu em **03/10/2012** (fl. 16).

Entretanto, também consta do processo cópia da petição – datada de **09/11/2006** – por intermédio da qual a parte impugnada, tendo presente o julgamento pela procedência da impugnação ao valor da causa, compareceu regularmente aos autos para requerer (i) a retificação do valor atribuído aos embargos à execução fiscal, adequando-o aos cálculos elaborados pela contadoria do Juízo, (ii) a juntada do respectivo comprovante do recolhimento da complementação das custas processuais e taxa judiciária e (iii) a ratificação integral dos embargos já apresentados (fl. 112).

Sob essa perspectiva, a alegação recursal de que a decisão proferida na impugnação ao valor da causa teria ocorrido em momento posterior à prolação da sentença dos embargos à execução fiscal (sentenciados em 02/05/2012, cf. fl. 119) não guarda aderência com a realidade processual.

Ademais, diante do cenário suso retratado, a eventual incorreção da decisão que acolheu a impugnação ao valor da causa consubstancia matéria preclusa, visto que a parte impugnada (ciente da decisão ali exarada) compareceu aos autos para retificar dito valor, comprovar o pagamento de custas complementares e reiterar os termos dos embargos à execução outrora ajuizados.

Por fim, note-se que, malgrado o Juízo singular tenha (desnecessariamente) expedido ofício (datado de **17/09/2012**) com o propósito de intimar a parte impugnada da decisão que acolheu a impugnação ao valor da causa (fl. 48), essa comunicação (que viabilizou a propositura deste agravo) não tem o condão de invalidar os atos já praticados na relação processual, inclusive por reverência aos princípios da boa fé e lealdade processuais, vedada às partes a assunção de comportamentos contraditórios.

**Ante o exposto, nego provimento ao agravo de instrumento.**

Recife, 8 de maio de 2013.

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
 Relator